



VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E FEMINIZAÇÃO DOS PROFESSORES DO CURSO NORMAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO OLAVO BILAC/RS, ENTRE 1901 E 1970¹

  Lattes Luiza da Silva Braido²

  Lattes Liliana Soares Ferreira³

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor
Nome: Luiza da Silva Braido
E-mail: luizasbraido@gmail.com
Instituição Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Submetido: 11/03/2019
Aprovado: 23/07/2019
Publicado: 31/07/2019

 10.20396/rho.v19i0.8654919
e-Location: e019044
ISSN: 1676-2584



RESUMO

Com o objetivo de estudar sobre a valorização profissional dos professores do Curso Normal (CN) do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac (IEEOB), de Santa Maria/RS e o processo de feminização, entre 1901 e 1970, resultou a realização deste artigo. A escolha pelo tema deu-se por entender que para iniciar um estudo se deve, primeiramente, compreender os fatores que intervêm no fenômeno, seu passado, presente e prospecção de futuro. Deste modo, é importante entender a historicidade do CN, para então compreender a valorização dos professores, o que implica entender os momentos, políticos e sociais que influenciaram na educação desde o início do CN do IEEOB até 1970. Entende-se o CN como início da história da formação de professores, considerando as normalistas, no século passado, como precursoras da profissão, tratadas com muita pompa em suas formaturas, e por amor às crianças. Professoras de quem se esperava o dom, ou a habilidade de encarar a profissão como uma missão, como se fossem destinadas à docência. Tais características, dada a prevalência do CN na história da educação, são ainda evidenciadas no trabalho pedagógico das professoras da infância nas escolas gaúchas.

PALAVRAS-CHAVE Curso normal. Valorização. Trabalho pedagógico. Historicidade.



PROFESSIONAL VALORIZATION AND FEMINIZATION OF TEACHERS OF THE NORMAL COURSE OF THE INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO OLAVO BILAC/RS, BETWEEN 1901 AND 1970

Abstract

With the objective of studying the professional valorization of the teachers of the Normal Course (NC) of the State Institute of Education Olavo Bilac (IEEOB), Santa Maria / RS and the process of feminization, between 1901 and 1970, this article resulted. The choice for the theme was based on the understanding that in order to start a study one must first understand the factors that intervene in the phenomenon, its past, present and future prospects. In this way, it is important to understand the historicity of the CN, and then to understand the value of the teachers, which implies understanding the moments, political and social that influenced the education from the beginning of the NC of the IEEOB until 1970. CN is understood as the beginning of the history of teacher training, considering the students in the last century as precursors of the profession, treated with much pomp in their graduations, and for the love of children. Teachers from whom the gift was expected, or the ability to view the profession as a mission, as if they were intended for teaching. These characteristics, given the prevalence of CN in the history of education, are still evident in the pedagogical work of the teachers of childhood in the schools of Rio Grande do Sul.

Keywords: Normal course. Appreciation. Pedagogical work. Historicity.

VALORIZACIÓN PROFESIONAL Y FEMENIZACIÓN DE LOS PROFESORES DEL CURSO NORMAL DEL INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO OLAVO BILAC/RS, ENTRE 1901 Y 1970

Resumen

Con el objetivo de estudiar sobre la valorización profesional de los profesores del Curso Normal (CN) del Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac (IEEOB), de Santa Maria / RS y el proceso de feminización, entre 1901 y 1970, resultó la realización de este artículo. La elección por el tema se dio por entender que para iniciar un estudio se debe, primero, comprender los factores que intervienen en el fenómeno, su pasado, presente y prospección de futuro. De este modo, es importante entender la historicidad del CN, para entonces comprender la valorización de los profesores, lo que implica entender los momentos, políticos y sociales que influenciaron en la educación desde el inicio del CN del IEEOB hasta 1970. Se entiende el CN como inicio de la historia de la formación de profesores, considerando las estudiantes, en el siglo pasado, como precursoras de la profesión, tratadas con mucha pompa en sus graduaciones, y por amor a los niños. Profesoras de quienes se esperaba el don, o la habilidad de encarar la profesión como una misión, como si fueran destinadas a la docencia. Tales características, dada la prevalencia del CN en la historia de la educación, son todavía evidenciadas en el trabajo pedagógico de las profesoras de la infancia en las escuelas gauchas.

Palabras clave: Curso normal. Valoración. Trabajo pedagógico. Historicidad.



INTRODUÇÃO: APRESENTANDO O TEMA E OS ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA QUE DEU ORIGEM A ESTE ARTIGO

Com o objetivo de estudar a valorização profissional dos professores do Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac, de Santa Maria/RS e o processo de feminização⁴ como correlato realizou-se o estudo que deu origem a este artigo. Considerou-se como hipótese que a desvalorização acontece desde os primeiros cursos de formação de professores e que está relacionada com o ingresso em maior escala de mulheres na profissão. Para tanto, partiu-se do pressuposto que a primeira Escola Normal foi inaugurada no ano de 1835, em Niterói – RJ e que a primeira faculdade de Pedagogia surgiu mais de um século depois, no ano de 1939. (SAVIANI, 2009, p. 144). Essa diferença de tempo revela como o Curso Normal foi significativo e duradouro como local de estudos para a profissão de professor(a), expandindo-se paralelamente ao curso de Pedagogia durante todo o século passado. Ao mesmo tempo, acredita-se que a valorização profissional que se evidencia atualmente nas escolas de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental se fundamentou no trabalho desenvolvido no Curso Normal, porque este era, até a década de 1990, o local prioritário onde as futuras e futuros professores estudavam para trabalhar na escola, uma vez que não lhes era exigido até então o curso de graduação. Esta exigência passou a acontecer com a LDB 9394/96, de dezembro de 1996, ainda em vigor no Brasil.

A escolha pelo tema deu-se por entender que, para iniciar um estudo se deve, primeiramente, compreender os fatores que nela intervêm, seu passado, presente e prospecção de futuro. Deste modo, é importante entender a historicidade do Curso Normal, para então compreender a valorização dos professores que diz muito sobre os profissionais da educação e sobre os momentos, políticos e sociais, que influenciaram na educação desde o início do Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac até 1970.

Para a realização da pesquisa, foi escolhido como campo empírico o Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac por ser o primeiro Instituto de Educação criado no interior do Estado do Rio Grande do Sul, formando sua primeira turma de normalistas no ano de 1947; e por ter um rico Acervo Histórico com inúmeros dados e documentos. Tal acervo contém notícias, atas, objetos, diários e registros de professores, uma maquete da escola, uniformes, fotografias etc.

Durante o estudo, realizou-se análise dialética⁵ para buscar por respostas, analisando o fenômeno presente, mas entendendo que a explicação exige retrospectiva histórica para entender por que hoje há esta desvalorização profissional dos professores. Portanto, realizou-se uma investigação qualitativa, por entender que é a que melhor aborda os fenômenos sociais, a considerar também as relações dos sujeitos pertencentes da pesquisa, entendendo que todas as relações influenciam nos valores, crenças e vivências. “Não existe produção de saber fora dos jogos de poder.” (COSTA, 2007, p. 150). Por viver-se em uma sociedade capitalista, tudo

está relacionado com os metabolismos do capital, e a escola assume características dessa sociedade.

Como técnicas de produção de dados, realizou-se análise documental dos materiais, sendo eles previamente selecionados, conforme o título da pasta. Após foi analisado cada material para ver se correspondia com os fins da pesquisa, e em seguida, selecionados os documentos. Como base nesta análise inicial, foram definidas as categorias de “valorização profissional, feminização, história da educação e Curso Normal”. Todas estas foram encontradas nos registros do acervo e algumas, representativas, estão detalhadas e analisadas no decorrer do texto. Todos os registros do Acervo foram disponibilizados pela responsável do acervo, e liberado o estudo pela direção do IEEOB, através de documento. Conhecendo a história, pode-se projetar um futuro e assim buscar melhorias, sempre com conhecimentos e aportes teóricos, pois a profissão dos professores no momento apresenta-se como uma das menos⁶ “prestigiadas” pela população brasileira, com uma evidente intensificação de trabalho e defasagem salarial.

A seguir detalham-se os aspectos metodológicos e passa-se a argumentar sobre valorização profissional, feminização e Curso Normal, com base no estudo realizado.

O IEEOB E OS AVANÇOS MARCADOS PELO PROTAGONISMO FEMININO

Conforme o Decreto 397, de 27/8/1901, é criado o Colégio Distrital, atual Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac, na cidade de Santa Maria, interior do Rio Grande do Sul, que ministrava o Ensino Elementar e Complementar. Seu primeiro diretor foi Christiano da Nóbrega Lins, conforme noticiou o jornal “O Combatente”.

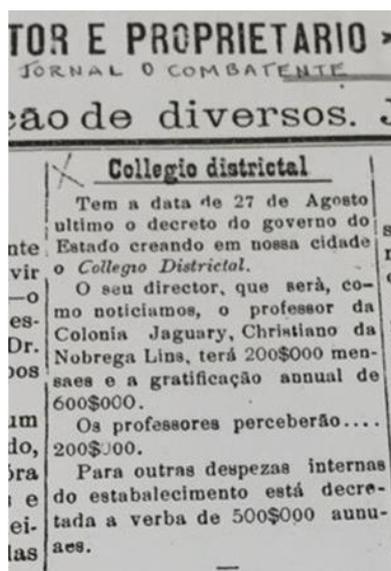


Imagem 1 – Jornal O Combatente.

Fonte: Recortes de jornais sobre I.E.O.B (AHOB nº 143), (2015).



Pode-se ler na notícia do jornal, o valor salarial ganho por ser diretor, o qual é o mesmo valor destinado aos professores, e como se sabe, por estar-se envolvido na escola, percebe-se a diferença de trabalho de um professor para um diretor, tendo este, naquela época, uma bonificação anual no valor de três meses de salário. Ao mesmo tempo, era destinado à instituição o valor de 500\$000 anual para melhorias e manutenção do prédio. Portanto, os diretores, normalmente homens, deviam manter-se com um salário igual ao dos professores e realizar mais tarefas que estes. Por sua vez, a escola recebia uma verba parca para manter-se habitável e cabia ao diretor também a gestão desse recurso.

O Colégio Distrital teve seu primeiro dia letivo no dia 20 de setembro de 1901, e para toda a população foi um alívio, já que ansiavam por mais vagas na rede pública, pois havia apenas 3 aulas públicas no município, o que não era suficiente para a população local. O aluguel do estabelecimento de ensino ficava por conta do município. O intendente Manuel Scherer, no relatório⁷ de 1902, mostra que a escola teve muitas matrículas e disponibiliza um valor para reparos do edifício.

Como sabeis, secundando, a ação benemerita do Governo do Estado, contribuiu o município com o ônus da locação do excelente prédio sito à rua Coronel Niederauer para o funcionamento do colégio Distrital.

Os aluguéis (duzentos mil réis mensais) têm sido pagos pontualmente, dispendendo-se mais 305\$0000 em reparos no edifício.

Apraz-me consignar que o colégio tem correspondido plenamente aos seus fins, difundindo o ensino elementar e complementar por avultado número de alunos. Sua matrícula atual sobe a 190 crianças, sendo 105 do sexo masculino e 86 do sexo feminino. A frequência média é de 145 alunos. (BELÉM, 2000, p. 216).

Com base em Corsetti (2007), o período de 1901 até 1906, no Rio Grande do Sul e no Brasil, foi marcado pelo avanço da Escola Normal, mas não houve investimento na formação de professores. Assim, foram reaproveitados alguns professores já ativos, o que gerou o empobrecimento qualitativo do trabalho dos professores, pois estes professores eram destinados a outra área, que muitas vezes não era de seu domínio, fazendo com que ele perdesse a qualidade de seu trabalho, desenvolvendo algo que ainda não dominava. Essa característica de trabalho é ainda encontrada nas escolas⁸, desrespeito com o trabalho que os professores estão desenvolvendo, e muitas vezes mudanças estas que afetam os professores. E outro problema que emergiu da Revolução Francesa, na França, em 1789, foi a mulher sendo responsabilizada por tomar conta da educação dos filhos. Tem-se paralelamente a origem da desvalorização profissional, pois já que é a mulher que gera e que cria um bebê, deve estender sua responsabilidade por educar as crianças, tornando a feminilidade mais presente e exigida na educação escolar. (RABELO; MARTINS, 2010, p. 6168).

Decorrente desses processos sociais há o entendimento que a mulher, por suas características peculiares, é destinada ao magistério, visto como uma nobre missão. Por esse e outros motivos, os professores não requeriam e não lutavam por uma boa remuneração, mostrando com isso um dos problemas enfrentados até hoje pelos professores. Estes profissionais, quando mulheres, muitas vezes na história, e, até hoje, são chamados de “tia”



por confundir sua profissão com o seu gênero, como se um fosse dependente e interligado ao outro, como por exemplo, já se ouviu: sou professora, por que sou carinhosa, por que sou mãe.

No ano de 1906, com a reforma da instrução pública, os Colégios Distritais tiveram sua estrutura modificada. Foi publicado no mesmo dia o Decreto 909/1906, para promulgar a então escola Complementar de Santa Maria, que se destinaria para a formação de professores primários e tinha, anexo, um curso Elementar. A formação de professores tinha a duração de 3 anos. A Diretora da escola nomeada⁹ foi Margarida Lopes. O corpo docente, conforme Belém (2000, p. 217), era formado por Cícero Jacinto Barreto, Alcina Ribeiro, Francisca Weinmann, Otto Mueller, Nestor Oliveira e Catarina Acampis, pertencendo os dois últimos ao curso elementar anexo.

No ano de 1909, pelo Decreto 1479, o governo do Estado passou a centralizar a formação docente em Porto Alegre e, assim, foi fechada a escola de Santa Maria, sendo substituída pelo Colégio Elementar, que ofertava apenas o Curso Primário. (MONTAGNER, 1999, p. 75). Esta escola tinha como função formar professoras, que exerceriam seu trabalho na escola elementar (Curso Primário), anexo ao Colégio Complementar. Em consonância com Nagle (1976), este período foi caracterizado pelo “entusiasmo pela educação”, que objetivava dar ênfase ao sentido quantitativo da educação, o qual abre e expande a quantidade de escolas. Este difere-se do momento chamado “otimismo pedagógico”, que investia na qualidade educacional centrada nos métodos de ensino. Esses dois momentos da educação se intercalaram durante o primeiro período republicano brasileiro, a República Velha (1889 – 1930). Somente no governo de Getúlio Vargas, com a reforma de 1929, evidencia-se a preocupação em alocar em principais pontos do Estado escolas de formação de professores. Aconteceu, então, o retorno das escolas complementares, sendo uma cedida a Santa Maria. A primeira turma do Curso Complementar concluiu seus estudos no ano de 1931. (LIVRETO Nº 83 HISTÓRICO DO I.E.O.B. AHOB Nº 342, 2015).

No ano de 1929, como já mencionado, através do Decreto nº 4.322, emitido pelo Governo Estadual, volta a funcionar a Escola Complementar, ficando a cargo do município pagar o vencimento dos professores. Naquele ano, o exame de admissão ao novo estabelecimento de formação de professoras teve 154 inscritos, conforme Montagner (1999, p. 76). Isso explica também o papel que a Escola Complementar em Santa Maria passou a ter. Em seu estudo, a pesquisadora afirma:

A escola complementar a partir desse momento se firma como um espaço de formação muito importante para a região de Santa Maria, vindo a suprir, de certa maneira, as necessidades de docentes primárias tanto do meio rural, quanto urbano. Segundo relato de ex-alunas, quando da época da formatura, já estavam todas empregadas. Essa característica, se fará presente em todo o período estudado, sendo que todas afirmam que não faltavam empregos para professoras. (MONTAGNER, 1999, p. 77).

A Era Vargas, período que começou em 1930, e ficou conhecido como Estado Novo, foi caracterizado pela centralização de poder, nacionalismo e autoritarismo. Foi criado o



Ministério da Educação e da Saúde Pública (PALMA FILHO, 2005), nomeando como seu titular o jurista Francisco Campos. Ele decretou a criação do Conselho Nacional de Educação; a organização do Ensino Superior no Brasil e a adoção do regime universitário; a organização do ensino secundário; o reestabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas; a organização do ensino comercial; e a consolidação das disposições sobre o ensino secundário. (PALMA FILHO, 2005, p. 62). Para Saviani (2010, p. 196), essas medidas evidenciaram a orientação do novo governo de tratar a educação como questão nacional, convertendo-a em objeto de regulação pelo governo central, nos seus diversos níveis e modalidades. Com isso, entende-se que Getúlio governava para todas as classes sociais, construindo escolas, abrindo institutos e muitas outras obras voltadas à educação, mas com este movimento ele conseguia dominar a população, e ao mesmo tempo ser aclamado pelo povo.

Em 1932, é divulgado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Nesse documento, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho e mais 29 professores defendem a educação pública e uma escola única, gratuita, obrigatória e laica. (VIEIRA, 2008, p. 87). Brzezinski (1999, p. 88-89) afirma que esses professores:

Defendiam a formação de professores de forma unificada, ou seja, em nível superior independentemente do nível de ensino que viessem a atuar, desse modo seria elevado verticalmente a cultura dos professores e abrir-se-ia a vida sobre todos os horizontes. Porém, como se sabe, esse modelo não foi adotado e, durante o governo Vargas, o Ensino Superior continuou “reservado, exclusivamente, para formar o professor do secundário, inclusive o professor da Escola Normal”.

Nessa época, em Santa Maria, ocorria a formatura da primeira turma da Escola Complementar. Transcreve-se abaixo as palavras da professora Margarida Lopes, Diretora da Escola, às normalistas concluintes do Curso daquele ano:

O ensino na escola nova, que não tem por fim somente acumular conhecimentos, mas desenvolver capacidades. A escola nova [...] tem por fim copiar a vida, no dizer de Claparede, Decroly e outros [...] positivamente sereis dentro em breve chamadas a desempenhar funções educativas, administrar políticas. A nova República tudo nos permite aspirar para satisfação da nossa ansiedade em cooperar no engrandecimento nacional. O horizonte ilimitado e invisível no futuro se descortina para a vossa mocidade grandiosa. Contemple-o em sonho, abrangei-o em pensamento [...] vereis o Brasil unido e forte, iluminado pelas irradiações luminosas da instrução, ocupando um lugar de destaque entre as mais ricas e felizes. (LOPES, 1932 *apud* MONTAGNER, 1999, p. 78).

A diretora ao final do trecho enfatiza: “[...] ocupando um lugar de destaque entre as mais ricas e felizes.” (MONTAGNER, 1999, p. 78). Neste trecho, percebe-se uma dualidade, pois fica subentendido e, por isso, não está claro se a diretora se direciona às normalistas ou à nação brasileira, ou a ambas. A fala da diretora ocorreu no mesmo ano em que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova veio à publicação, no qual era defendido um período de mudança, de inovações, uma nova educação, laica, de qualidade e gratuita.



No ano de 1934, é promulgada a terceira Constituição Federal. É a primeira vez que se tem um espaço significativo para a educação em uma Constituição Federal, de acordo com Vieira (2008, p. 89), contando com dezessete artigos sobre a educação. No mesmo ano, no dia 20 de setembro, conforme consta no relatório, foi imposto na escola de Santa Maria o nome “Farroupilha”, por autorização do Dr. José Antônio Flores da Cunha. Em 1936, o Governo do Rio Grande mandou levantar no mesmo terreno da escola, um novo prédio, com 40 salas e 3 pisos, sendo este inaugurado em 30 de julho de 1938, sendo chamado agora por Escola Complementar Olavo Bilac. Mas este nome não dura muito tempo. Um novo Decreto entra em cena, o nº 97, de 16 de julho de 1941, assinado pelos secretários da educação O. Cordeiro de Farias e J. P. Coelho de Souza, a escola passa a se chamar Escola Normal Olavo Bilac. (LIVRETO Nº 83 HISTÓRICO DO I.E.O.B. AHOB Nº 342, 2015). O Decreto define:

Pelo Decreto-lei nº 97 de 16 de Julho de 1941, foi reorganizada em novas bases a escola complementar “Olavo Bilac, localizada na cidade de Santa Maria, a qual passou a demonizar-se Escola Normal “Olavo Bilac”;

Que a Escola Normal em referência se constitui dos seguintes cursos e instituições:

- a) Curso normal, ou profissional, de 2 anos.
- b) Curso secundário-fundamental, de 5 anos
- c) Escola primária, de 5 anos
- d) Escola pré-primária, de 3 anos;

Que o Estado deseja seja fiscalizado pelo Ministério da educação o curso secundário-fundamental, para todos os fins de direito;

Que solicita, assim, inspeção prévia, para efeitos de fiscalização permanente, comunicando que, de acordo com o artº17 do decreto supra referido, a Prefeitura Municipal de Santa Maria fará, de imediato, o depósito necessário na Tesouraria dêsse Ministérios. (LIVRETO Nº 83 HISTÓRICO DO I.E.O.B. AHOB Nº 342, 2015).

Junto a este Decreto-Lei, seguia a relação dos professores do antigo Curso Complementar e dos que lecionavam no primeiro ano do curso secundário, para que passassem a ser considerados integrantes do corpo docente. Entre os nomes estão Professora Alda Saldanha, diretora da Escola, e professora de Pedagogia e prática profissional; Professora Célia Travassos Alves, professora de Português; professora Ida Godinho; de Francês; professora Gilda Fernandes, de Matemática; Professora América Achutti de Geografia; professor Eduardo Trevisan, de Desenho; professora Alba Fiori Belém, de História; professor Dr. Helio Homero Bernardi, de Ciências; professora Ainá Rosado Paiva, de Economia Doméstica; Professor Garibaldi Poggeti, de Música e de Educação Física; professora Malvina Weinmann, de Trabalhos Manuais. (LIVRETO Nº 83 HISTÓRICO DO I.E.O.B. AHOB Nº 342, 2015).

Encontra-se em Petry (1990, p. 32) uma síntese que se considera pertinente sobre o período de 1930 e o Curso Normal, ela afirma que “[...] a escola normal, sofrendo as influências das ideias do liberal-pragmatismo, passa a educar o professor primário dando ênfase no aspecto técnico, em detrimento do político.” Pode-se assim entender que o lugar social dos professores como técnicos, mais uma vez desmerecendo o empenho e o estudo necessários e fundamentais para a docência, remetendo a se entender a profissão como dom,

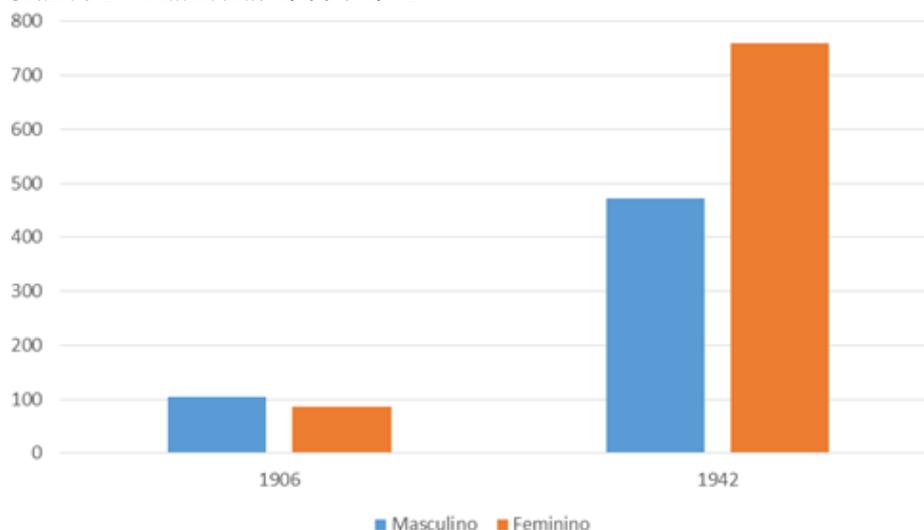


como missão, na qual, com a prática e a técnica, se consegue realizar a docência, e deixando de lado os estudos necessários para a constituição de professores críticos, capazes de argumentar sobre suas escolhas pedagógicas.

Como já mencionado, no ano de 1939, é criado, no Brasil, o Curso de Pedagogia, pelo Decreto lei n.1.190 na universidade do Brasil, sendo este bacharelado dedicado a formar para cargos técnicos. Conforme Fiorin (2012, p. 38), o currículo do curso era conhecido como 3 + 1, sendo 3 anos de curso, formando-se bacharel e podendo acrescentar um ano de didática, o qual habilitava para a licenciatura, mas este modelo acabava fragmentando a educação, aprendendo primeiramente a teoria, formando-se em bacharel e após tendo aulas de didática. Diferentemente do Curso Normal, o qual, segundo o Decreto lei 97/1941, durava 2 anos. Pelo decreto Lei 97, a escola Olavo Bilac, passa a denominar-se Escola Normal Olavo Bilac. E, ainda, foi implementado o Ensino Secundário Fundamental (antigo ginásio), além dos cursos já disponíveis na escola, o Normal, o Primário e o Pré-primário.

Com a criação do curso de Pedagogia, parecia que sobrariam vagas no Curso Normal, mas como mostra o gráfico abaixo, nos documentos do acervo histórico do IEEOB foi encontrada a quantidade de estudantes matriculados no ano de 1942, e pelo registro pode-se considerar que, desde os primeiros dados referendados ao ano de 1906, a escola teve grande aumento em quantidade de estudantes e de cursos disponibilizados pela escola, sem decair a partir do momento da abertura do curso de Pedagogia.

Gráfico 1 - Matrículas 1906 e 1942



Fonte: Braido (2018).

Pode-se perceber a grande quantidade de estudantes que se encontra na escola, nessa época, e imagina-se como era a estrutura para comportar esses estudantes, professores e outros que se encontram na escola. No mesmo ano, no mês de setembro, encontrou-se no Acervo uma ficha de classificação, com assinatura da técnica de educação Ruth Costa Rodrigues, na qual avalia 5 itens da escola. Local 78,5%; edifício 98,1%; instalações 55,7%; salas de aula



85,5%; salas especiais 73%. (LIVRO DE VISITAS E INSPEÇÃO, AHOB Nº 23, 2015). Itens estes que estão diretamente envolvidos no trabalho pedagógico dos professores, pois, conforme Ferreira (2008, p. 178), acredita-se que “[...] pedagógico é todo pensar-agir da escola com o intuito de produzir conhecimento.” Portanto, deve-se pensar nas condições para o pedagógico transitar dos estudantes, nos lugares onde vão produzir conhecimentos, e, principalmente, na estrutura e no suporte que a escola oferece, como, por exemplo, materiais para que os estudantes se sintam à vontade e queiram frequentar a escola. Nesse caso, considerando o Curso Normal e seus estudantes, pensa-se no momento em que eles aprendem confortavelmente e na escola auxiliando a efetiva produção do conhecimento. Desse modo, a partir desse exemplo, eles irão automaticamente reproduzir em seu trabalho pedagógico, quando professores, o bem-estar, mostrando aos seus estudantes que a escola não é tão distante de seus anseios por condições de vida melhores, nem tão rígida. Alguns itens que foram avaliados pela técnica de educação, Ruth Costa Rodrigues, também se refletem e impactam na valorização dos professores, pois a partir do momento em que os professores têm a sua sala de aula em boas condições e dispõem do material necessário para trabalhar, a autoestima deles se renova, e mostra que eles devem ser reconhecidos e receber um salário digno conforme suas atribuições.

Nesse mesmo ano, de 1942, no mês de julho, encontrou-se um boletim do Curso Complementar da escola, relatando os nomes dos professores, os respectivos componentes curriculares com os quais trabalhavam e vencimentos, que conforme Camargo (2010, p. 2-3), é diferente de salário e remuneração:

O “salário” é definido juridicamente como o montante ou retribuição paga diretamente pelo empregador ao empregado pelo tempo de trabalho realizado – em geral, em relação ao número de horas-aula – nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT¹⁰). Já o termo “vencimento” é definido legalmente (Lei nº 8112, de 11/12/90, art. 40) como “retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei”. Os “vencimentos” dos cargos efetivos são irredutíveis e, para cargos de mesma atribuição ou de atribuição semelhante na mesma esfera administrativa, é garantida sua isonomia. O conceito de “remuneração”, por sua vez, pode ser definido como o montante de dinheiro e/ou bens pagos pelo serviço prestado (por exemplo, cestas básicas), incluindo valores pagos por terceiros. A “remuneração” é a soma dos benefícios financeiros, dentre eles o “salário” ou “vencimento”, acordada por um contrato assinado entre empregado e empregador, tendo como base uma jornada de trabalho definida em horas-aula. O “salário” ou “vencimento” são, assim, uma parte da “remuneração”. No caso do magistério público, a “remuneração” é composta pelos “vencimentos” do cargo, acrescida de vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, em outras palavras, o vencimento básico mais as vantagens temporais, as gratificações, o auxílio transporte, etc.

Conforme o exposto, o correto é chamar de vencimento, e não salário como é popularmente conhecido. De acordo com Gatti; Barreto (2009, p. 237-238), há no país 5561 municípios, e cada um tem seu sistema de ensino e regulamentações, não podendo assim heteroginizar a carreira e nem o salário de professores. Segue então a lista encontrada com nomes e salários.

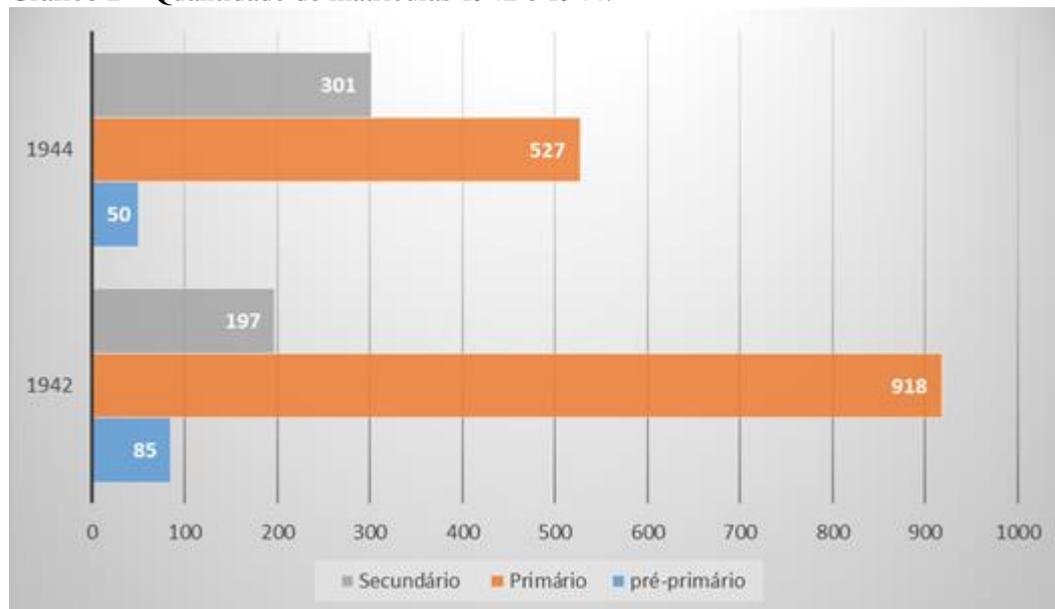
nº	Nome	Ordem	Materia	Classif	Categoria	Salario	Vencimentos	Outro	Matriculados	Salario unitario	Salario total						
1	Celia Travençolo Alves	1ª	Portugues	H	Interina	4	900 000	3%	34	30	94						
2	Genevieve Le Din	2ª	Francês	H	Interina	-	900 000	3%	34	30	94						
3	Cilda Fernandes	3ª	Matematica	H	Contratada	-	900 000	3%	34	30	90						
4	América Rehatti	4ª	Geografia	H	Interina	-	900 000	3%	34	30	90						
5	Eduardo Guzman	5ª	Biologia	H	Interim	-	900 000	3%	34	30	94						
6	Alba Simi Relein	6ª	Historia	H	Catedrático	-	800 000	3%	34	30	90						
7	Dr. Helios Romulo Zanardi	7ª	Ciencias	H	Interim	-	800 000	3%	34	30	90						
8	Caribaldi Gogatti	8ª	Musica	H	Contratada	-	800 000	3%	34	30	90						
9	Melvina Wehmann	10ª	Sub normal	H	Contratada	-	900 000	3%	34	30	90						
10	Yocana Kahl	11ª	Educ. fisica	D	Adida	-	450 000	3%	34	30	90						
11	Alta Saldanha	12ª	Pedagogia	H	Catedrático	-	900 000	3%	34	30	94						

Imagem 2 - Lista dos vencimentos de 1942
 Fonte: Folhas de pagamento 1940 a 1956 (AHOBnc nº 38), (2015).

Pode-se perceber que a maioria dos professores ganhavam o mesmo valor mensal, independentemente de sua categoria, seja ela catedrático, contratado ou interino. Apenas a professora de Educação Física, classificada em outra categoria, e com salário menor, por ser adida, ou seja, temporária, especialista em uma área específica e excedia, em termos de quantidade, o grupo de professores que era determinado conforme a quantidade de estudantes. Percebe-se que o salário aumentou significativamente desde o início da escola para o ano de 1942, porém não se tem ideia, se comparado ao salário atual, era um bom salário, devido à falta de um conversor de moeda confiável.

No ano de 1943, o Decreto Estadual Nº 775A, art. 155, V, de maio de 1943, regula a quantidade de estudantes matriculados. Tal lei diz: “Compete a congregação: fixar, anualmente, dentro das limitações estabelecidas em lei, a lotação das classes e o número de turmas, nos cursos normais e extraordinários.” (PASTA RECORTES DE JORNAIS SOBRE I.E.O.B AHOB Nº 143, 2015). Mas isso não se percebe averiguando a quantidade de estudantes, segundo o quadro de matrículas no ano de 1944. Nele, se observa que o pré-primário, e o primário diminuem de quantidade, mas o secundário teve um acréscimo significativo de estudantes relacionado ao quadro anterior de 1942.

Gráfico 2 – Quantidade de matrículas 1942 e 1944.



Fonte: Braido (2018).

O Decreto nº 8.530 do ano de 1946 descreveu a finalidade do Curso Normal. O Curso deveria “prover a formação docente necessária para as escolas primárias, bem como habilitar administradores das escolas e desenvolver técnicas relativas à infância”. Regulamentou também que agora o Curso Normal poderia ser constituído de homens e mulheres como estudantes. E era condição de admissão não ter defeito físico ou distúrbio funcional que contraindicasse o exercício da função docente; bom comportamento social e, ainda, não eram admitidos, candidatos maiores que vinte e cinco anos. Portanto, pode-se pensar que apenas alguns padrões permitiam ser professores. O caráter era comprovado por um atestado de boa índole, sendo assim os professores tinham que ter uma formatação e “[...] uma padronização, que garantisse a homogeneização daquelas que se responsabilizariam pelo ensino na escola primária.” (MONTAGNER, 1999, p. 85).

Tendo sempre os professores como padrão, e considerando que as normalistas desta época eram na maioria mulheres, de classe média, afirma Petry (1990, p. 40): “[...] o ensino normal acabou por se transformar na escola da população feminina de classe média. Era um sistema de discriminação social, porque mulheres de classes populares não tinham acesso ao curso.” A descrição de como deveriam ser as mulheres a assumirem como professoras contém aspectos interessantes sobre o lugar social da mulher professora naquela época. Atestado de idoneidade era um requisito fornecido por alguém com cargo ou destaque social a ser apresentado no ato de posse e que dava a certificação de que a profissional ou o profissional professor estava em condições sociais de trabalhar na profissão. Do ponto de vista de mulheres, esse atestado é um fator que afeta mais uma vez na valorização profissional, por considerar a professora como um exemplo para as futuras professoras, que se encontravam em formação. Com a elevação dos níveis sociais para o magistério, como afirmado acima,

acredita-se que a formatura deveria ter seu custo elevado, item que se apresenta na imagem da formatura na 1ª turma de Normalistas do ano de 1947. A pomposidade e a felicidade são nitidamente notadas nas fotos encontradas no Acervo. Do mesmo modo, são fotografias com normalistas, reafirmando que a Escola Normal era composta apenas por mulheres.



Imagem 3 – 1º turma de normalistas, 1947.

Fonte: Pasta com fotos 1947 - 1968 (AHOB – nº 145), (2015).

Portanto, essa primazia da quantidade de mulheres remete a pensar na relação da valorização ou da perda de valorização profissional e o ingresso massivo de mulheres na profissão. Tal relação exige entender dois conceitos: a feminização e feminilização do magistério. Hypólito (1997, p. 55) propõe que:

Dentre as características que permitiam o ingresso maciço das mulheres na profissão ou dentre as características femininas que se adequavam às da profissão podem ser destacadas: a proximidade das atividades do magistério com as exigidas para as funções de mãe; as “habilidades” femininas que permitiam um desempenho mais eficaz de uma profissão que tem como função cuidar de crianças; a possibilidade de compatibilização de horários entre o magistério e o trabalho doméstico, já que aquele pode ser realizado em um turno; a aceitação social para que as mulheres pudessem exercer essa profissão.

No século XIX, havia as aulas separadas para meninos e para meninas. As professoras trabalhavam com as meninas e os professores homens com os meninos. Havia também as aulas mistas, ministradas pelas mulheres. Na medida em que essas aulas mistas aumentaram começaram a aumentar também as professoras, resultando, afinal, na sua predominância. É a feminização. Outro motivo do aumento feminino na docência é a industrialização, pois com ela os homens tiveram que trabalhar nas fábricas (necessitava-se “mão-de-obra”), e foram as mulheres que passaram, então, a trabalhar como professoras. A mulher trabalhar no magistério significou, nos discursos, apenas uma extensão de sua atividade de educadora dentro de casa. Por isso, criou-se a ideia de uma profissão vocacionada, profissão que serve especialmente para as mulheres, por elas “serem” sensíveis, amáveis, calmas (características atribuídas normalmente a elas). É a feminilização. (TAMBARA, 1998).

No século XX, como mostra a foto anterior (Imagem 04), as mulheres se solidificaram no magistério, e isso se refletiu no Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac, e pode ser averiguado pelas fotos, depoimentos, convites de formatura, depoimentos de antigas normalistas, recortes de jornal a respeito das formaturas ou trabalhos realizados pelas normalistas, etc., em que só aparecem mulheres. Nesse período, as mulheres queriam mudar e realizar intervenções sociais e encontraram estas possibilidades no Curso Normal. Devido às suas características femininas, propícias para a escola, como afirma Hypólito (1997, p. 55), as mulheres tinham o tempo necessário para o trabalho e o dom/vocação para a profissão.

Como se vê neste convite de formatura do ano de 1966, as formandas/estudantes denominavam-se “professorandas”, termo usado no feminino, por só identificar mulheres na turma, remetendo-se às estudantes que iriam se formar naquele ano.

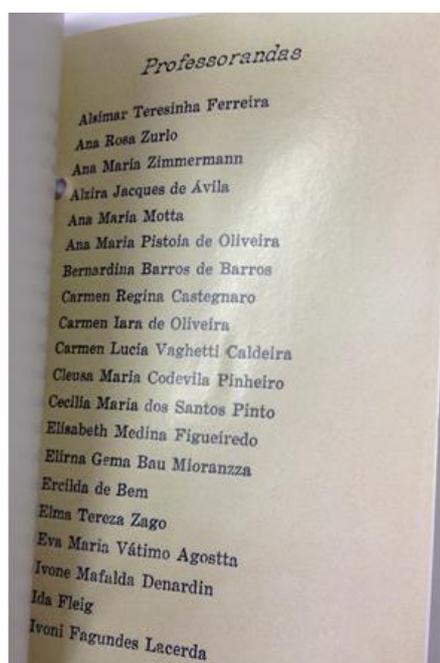


Imagem 4 – Convite de formatura Professorandas do ano de 1966.

Fonte: Convites Normalistas, vários anos (AHOBnc – nº 30), (2015).



Em Santa Maria, na década de 1950, cria-se o Colégio Estadual Olavo Bilac, que é anexo à Escola Normal. Naquele momento, o Colégio era destaque na cidade, como afirma Montagner (1999, p. 87):

O IEOB já era então um espaço importante enquanto formador de professoras, é que a primeira faculdade destinada a formação de docentes somente foi criada em Santa Maria na segunda metade da década de 60, Faculdade de Pedagogia. Fica claro que frequentar o Instituto era o auge, o ponto máximo na carreira profissional daquelas que optaram em se dedicar ao ensino primário e não tinham condições de procurar cursos superiores em outros centros maiores. É inegável a importância, lugar de destaque, que o IEOB ocupava na sociedade regional, espécie de cartão de visitas ou postal da cidade, o que se manifesta nos convites para comparecer ou ser anfitrião de solenidades significativas aos interesses do poder público. E, com suas “moças”, de “boas famílias”, bem uniformizadas conforme os padrões exigidos na época, a escola fazia-se presente em todos os eventos, onde as alunas eram elogiadas em sua “missão” de amor aos pequeninos e de saber portar-se como “espelhos”, exemplos a serem seguidos pelas demais mulheres. A fala de uma ex-aluna é significativa nesse tocante e sintetiza o que sentiam em relação a escola: “Nós andávamos de cabeça erguida, era um orgulho ser normalista do Bilac, todos nos respeitavam”. Esse orgulho bilaciano é significativo em todas as narrativas das ex-alunas.

Pode-se compreender a tamanha vontade de estudar no Olavo Bilac, e a grande procura pelo Curso Normal, quando, no ano de 1952, foi publicado no jornal “A Razão”, uma nota sobre o exame de admissão, e nele era retomado o Decreto 775-A, de 1943, de 9 anos antes, alegando a realização de provas para a admissão na 1º série do curso ginásial, e fixando o máximo de 80 vagas. (PASTA RECORTES DE JORNAIS SOBRE I.E.O.B AHOB Nº 143, 2015).

É estranho se pensar que entre a data do Decreto 775-A (1943) e a publicação no jornal, há um importante documento que é o Decreto Nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal), e que nada diz sobre a quantidade excessiva de matrículas, tendo que ser retomado um documento que foi publicado anteriormente para considerar o máximo de matriculados. Essa incongruência faz pensar: será que a Lei Orgânica queria encher as escolas de estudantes, sem se importar com a quantidade, e colocar em prática o “entusiasmo pela educação” pelo qual só importava a quantidade de estudantes, sem se importar com a qualidade da educação? Um exemplo é outra publicação deste mesmo jornal, que divulgou uma nota que encerrava as inscrições devido à grande procura. O concurso encerrou-se com a procura de 280 candidatos, sendo que havia apenas 80 vagas, e os candidatos somente entrariam na carreira conforme suas notas no exame.

No ano de 1961, foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases, que tramitou no congresso por 13 anos até ser promulgada pelo presidente da República, João Goulart. (VIEIRA, 2008, p. 111-113). Os argumentos da Lei despertavam os interesses privados e “[...] a derrota dos interesses ligados à escola pública é explícita no título relativo aos recursos para a educação.” (FAGUNDES, 2015, p. 103). Mas a vigência dessa lei durou muito pouco, abolida em 1964, pelo Estado civil e Militar, período este marcado pelo autoritarismo, que



reestruturou a educação, dando-lhe um caráter tecnicista, contra o agrado dos estudantes que foram para as ruas protestar.

Com a LDB aprovada no dia 20 de dezembro, são fixadas as diretrizes e bases da educação nacional, e a expectativa era de que, nesse período, a educação teria um grande avanço. Porém, Saviani (2012, p. 87) argumenta que:

Quando se pensa numa lei específica para a educação, é porque se está visando à sua sistematização e não apenas à sua institucionalização. Antes de haver leis de educação, havia instituições educativas. Isso não implica, entretanto, a vinculação necessária da sistematização à legislação, ou seja: não é necessário que haja lei específica da educação para que haja educação sistematizada; esta poderá existir mesmo que não exista aquela. O que fica claro é a vinculação necessária da lei específica de educação à sistematização. Tal lei visará consolidar o sistema ou reformá-lo (caso exista), ou então, instituí-lo, ou pelo menos, determinar condições para que ele seja criado (caso não exista). [...]. Com efeito, se por diretrizes e bases se entendem fins e meios, ao serem definidos em termos nacionais, pretende-se não apenas estimular uma práxis intencional particular, mas conduzir uma práxis intencional comum no domínio da educação. E esta práxis comum, como já se mostrou, é que levará à construção do sistema

Portanto, com Saviani (2012), entende-se que o funcionamento da escola deve seguir em consonância com as leis, sendo a lei e o trabalho já existentes um antes do outro, e deve-se remodelar, readequar as práticas já aplicadas ordenando-se com a lei. Portanto nessa situação concorda-se com Petry, (1990, p. 45) quando relata que:

O professor torna-se um executor de ordens dentro da burocracia escolar, desaparecendo o seu trabalho intelectual de importância fundamental para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem torna-se mero executor de uma política educacional traçada em gabinete. Portanto, a política educacional expressa a reordenação das formas de controle social, estruturados em função das modificações do modelo econômico.

Em Santa Maria, em 1962, a Escola Normal é transformada em Instituto de Educação Olavo Bilac e, segundo Montagner (1999, p. 89), com o Estado Civil e Militar, “[...] a vigilância vasculha toda a educação na escola, o cuidado para a não infiltração de ideias ‘subversivas’ é redobrado, há que se proteger também, principalmente, as futuras professoras.” Ao ser outorgada a sexta Constituição, a de 1967, e havendo muitas pessoas sem direito à educação e com os militares ao poder, Vieira (2008, p. 122) relata que são adotadas inúmeras iniciativas para promover o ajuste da política e da organização educacional às determinações econômicas. A mais importante aconteceu no ano de 1968, quando foi promulgada, Lei nº 5.540, que é chamada de Reforma Universitária, e também no ano de 1971, Lei nº. 5.692/71, modificando os ensinos primário e secundário, e alterando o nome para primeiro e segundo grau. Por determinação desta Lei, desapareceram as Escolas Normais e foram substituídas pela habilitação específica de 2º grau, para o exercício do magistério de 1º grau. Portanto, com a mudança de nome, mudou a especificidade do segundo grau, agora voltado obrigatoriamente para a formação profissional.



Com todas essas mudanças e desvalorizações, hoje não teria como a profissão professor ser diferente: de modo geral, uma precariedade, exaustividade, má estrutura, e questões a serem revistas com relação a tudo que envolve o trabalho pedagógico. Em cada período, a educação acaba se adequando às políticas públicas educacionais, portanto, acaba, muitas vezes, sem saber o seu rumo, e sem se autovalorizar, pois está acostumada a adaptar-se a regras, e não ter autonomia. Isso é muito frequente e é um problema cultural brasileiro que afeta a educação: a falta de um projeto sério para a educação nacional. Em decorrência, entre outros aspectos, passa-se de professor em professor pelo Curso Normal, sendo este destinado a ensinar a ensinar, e com o avanço turbulento das leis, cabe aos professores adequar suas práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historicidade do magistério foi marcada pela presença majoritária de mulheres, sobretudo no último século, em um processo de adesão feminina resultante de um embate histórico. Nesse contexto, entende-se o Curso Normal como início da história da formação de professores, pois, a título de exemplo, apenas em 1960 foi iniciado o primeiro curso de Pedagogia na cidade de Santa Maria. Assim, pode-se considerar que as professoras precursoras são as normalistas, tratadas com muita pompa em suas formaturas, devido à sua demonstração de religiosidade e amor às crianças, características que o Curso incentivava nas futuras professoras. Professoras de quem se esperava ter dom, ou encarar a profissão como uma missão, como se fossem destinadas a praticarem a docência.

A historicidade dos cursos destinados à educação profissional dos professores, então, é marcada por *glamour*, pomposidade, devido às condições da época do Curso Normal que se pesquisou. Isto se deu por este Curso estar inserido em uma sociedade com características patriarcais, na qual as mulheres trabalhavam como professoras, aparentemente, apenas por *hobby*, uma vez que eram sustentadas por seus maridos, e entendiam a profissão como uma extensão das atividades do lar. Hoje, vive-se este embate: as mulheres, agora imersas no mundo do trabalho, necessitam de uma boa remuneração, pois podem manter famílias e sabem qual o seu papel na sociedade. A feminização do magistério tomou conta a partir da industrialização e, desde lá impregnou-se na profissão a visão de maternidade, amorosidade e caridade. Estes elementos, muitas vezes, só reforçaram a desvalorização da docência e relacionam-se ao que se encontra em muitas escolas e redes públicas de educação: más condições de trabalho, péssimas estruturas das escolas, poucos materiais, poucos recursos, baixos salários, insegurança e intensificação do trabalho. Pode-se perceber esses aspectos também na história do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac, conforme procurou-se argumentar.

Esses fatores influenciam diretamente no trabalho pedagógico dos professores e acabam por contribuir para o esvaziamento das salas de aula do Curso Normal. Hoje em dia as



turmas do Curso Normal do IEEOB contam com poucas estudantes. Além do mais, devido à LDB 9394/96, o futuro do magistério do Curso Normal é incerto, pois esta determina a necessidade de os professores cursarem Ensino Superior, colocando em dúvida a necessidade de existir Curso Normal. Entretanto, ainda somos otimistas: a considerar toda a história vivida de lutas relacionadas à educação, a partir das quais as mulheres conseguiram ser maioria em um espaço de trabalho, a partir do Curso Normal, cabe continuar visando à valorização profissional.

REFERÊNCIAS

BELÉM, J. **História do Município de Santa Maria 1797 – 1933**. 3. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.

BRAIDO, L.S. **Valorização profissional e feminização dos professores: um estudo a partir do curso normal do instituto estadual de educação olavo bilac, de Santa Maria/RS, entre 1901 e 1970**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

BRASIL. Decreto-Lei n. 97 de 16 de Julho de 1941. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/105585/DECRETO-LEI%2097%20DE%201941.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 out. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 775 A, de 1943. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/105576/DECRETO%20775A%20DE%201943.pdf?sequence=1&isAllowed=yhttp://1943.pdf/?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 out. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei n. 909 de 1906. Modifica a estrutura dos Colégios Distritais para Escola Complementar. Leis, decretos e actos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1906.

BRASIL. Decreto-Lei n. 4.322 de 30 de maio de 1929, Institui uma escola complementar na cidade de Santa Maria. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/161632/decreto%204321%20-%201929%282%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 out. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei n. 8.530 de 02 jan. 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 out. /2017.

BRASIL. Decreto-Lei n. 1479 de 26 de maio de 1909. Modifica o programma do ensino complementar e CREA collegios elementares no estado. Leis, decretos e actos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1909.

BRASIL. Decreto n. 397 de 27 de agosto de 1901. Institue dois colégios districtais, um em Santa Maria e outro na Cruz Alta. 1901.



BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692, de 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em: 26 out. 2017.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 26 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto-Lei n. 1.190 de 04 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 06 abr. 1939. p. 7929.

BRZEZINSKI, I. Embates na definição das políticas de formação de professores para a atuação multidisciplinar nos anos iniciais do ensino fundamental: respeito à cidadania ou disputa pelo poder? **Educ. Soc.** [online], v. 20, n. 68, p. 80-108. 1999. ISSN 1678-4626. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a05v2068.pdf>. Acesso em: 18 out. 2018

CAMARGO, R. B. Salário docente. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. (org.). **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

CONVITES normalistas, vários anos. (AHOBnc – nº 30). In: Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Santa Maria, RS. Acesso em: 19 nov. 2015.

CORSETTI, B. **A educação: construindo o cidadão**. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (coord.); RECKZIEGEL, A. L. S.; AXT, G. (dir.) **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, t. 2. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

COSTA, M. V. (org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

FAGUNDES, J. L. **O trabalho pedagógico, as políticas públicas de universalização da educação básica e o Curso Normal: entre cabotagens, naufrágios e travessias**. 2015. 207 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

FERREIRA, L. S. “Gestão do Pedagógico: de qual pedagógico se fala?” **Currículo sem Fronteiras**, v. 8, n. 2, p. 176-189, jul./dez. 2008.

FERREIRA, L. S. **Trabalho, profissionalidade e escola no discurso das professoras dos anos iniciais do ensino fundamental**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

FIORIN, B. P. **Trabalho e pedagogia: considerações a partir dos discursos de pedagogas na escola**. 2012. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

FOLHAS de pagamento 1940 a 1956. (AHOBnc nº 38). In: Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Santa Maria, RS. Acesso em: 24 set. 2015.



FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutivo**: um (re)exame das relações entre educação estrutura econômico-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

HYPÓLITO, A. M. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas: Papirus, 1997.

LIVRETO nº 83 Histórico do I.E.O.B. AHOB nº 342. In: Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Santa Maria, RS. Acesso em: 24 set. 2015.

LIVRO de visitas e inspeção, AHOB nº 23. In: Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Santa Maria, RS. Acesso em: 10 set. 2015.

MONTAGNER, R. **Ressignificando imagens/memória de alunas do Instituto Estadual Olavo Bilac**: processos de formação de professoras (1929-1969). 1999 Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 1999.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU: MEC, 1976.

PALMA FILHO, J. C. **A educação brasileira no período de 1930 a 1960**: a era Vargas pedagogia cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP: Santa Clara Editora, 2005. p. 61-74.

PASTA com fotos 1947 - 1968 (AHOB – nº 145). In: Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Santa Maria, RS. Acesso em: 24 set. 2015.

PASTA recortes de jornais sobre I.E.O.B AHOB nº 143. Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Santa Maria, RS. Acesso em: 24 set. 2015.

PETRY, M. L. B. **A formação do professor**: da escola normal à habilitação magistério. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1990.

RABELO, A. O.; MARTINS, A. M. A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do magistério. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4. 2010, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: Aveiro: FCT, 2010. p. 6167-6176.

RECORTES de jornais sobre I.E.O.B (AHOB nº 143). In: Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Santa Maria, RS. Acesso em: 27 ago. 2015.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 42. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Rev. Bras. Educ.**, [online]. v. 14, n. 40, p. 143-155, 2009. ISSN 1413-2478. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782009000100012>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>. Acesso em: 18 out. 2018



SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

TAMBARA, E. **Profissionalização, escola normal, e feminilização: magistério sul-riograndense de instrução pública no século XIX**. Pelotas: História da Educação: ASPHE: FaE: UFPel, 1998.

VIEIRA, S. L. **Desejos de reforma: legislação educacional no Brasil – Império e República**. Brasília: Líber Livros, 2008.

Notas

¹ Texto produzido a partir de projeto desenvolvido com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS (processo nº 2333-2551/14-7).

² Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Contato: luizasbraido@gmail.com.

³ Doutorado em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Contato: anaililferreira@yahoo.com.br.

⁴ Por feminização, entende-se o momento que as mulheres entraram no trabalho como professoras, em larga escala. Trata-se da saída dos homens para o trabalho no mundo industrial, abrindo vagas para que as mulheres assumissem a escola. Esse fato gerou a adequação da educação escolar ao perfil feminino. Por exemplo, o trato da infância atenuou-se, ficou mais dócil. (HYPÓLITO, 1997; TAMBARA, 1998).

⁵ Por análise dialética, se entende o movimento de abordagem dos fenômenos como síntese do que já foi e possibilidade para o que será o futuro. Portanto, a análise considera os fenômenos como evidência de algo que sintetiza uma historicidade.

⁶ Brasil cai para última posição em ranking sobre prestígio do professor.

<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-cai-para-ultima-posicao-em-ranking-sobre-prestigio-do-professor,70002593574>. Acesso em 24 de Outubro de 2018.

⁷ Neste relatório, o intendente descrevia os principais acontecimentos da cidade, ao Conselho Municipal.

⁸ No ano de 2017 notícia no “O Globo” sobre professora desviada de função, do Espanhol, para o Português. <https://oglobo.globo.com/rio/professores-da-rede-estadual-relatam-desvio-de-funcao-em-sala-de-aula-21523086> Acesso em 10 de Novembro de 2018.

⁹ A nomeação era feita pelo Governo. Normalmente esta pessoa não poderia ter relações anteriores com a escola.

¹⁰ A CLT é de 1943.